

Esteban Mira Caballos, *El Descubrimiento de Europa. Indígenas y mestizos en el Viejo Mundo*, Barcelona, Crítica, 2023, 478p., ISBN 978-84-9199-534-0.

Esteban Mira Caballos é um dos nomes mais destacados da atualidade referente ao tema da investigação sobre indígenas americanos em território europeu, concretamente ibérico, durante a Idade Moderna. E o livro que agora se pretende sucintamente comentar e analisar é, até agora, o seu maior esforço de divulgação de resultados nesse domínio. Prolífico autor de obras históricas de grande calibre relacionadas com a expansão colonial espanhola, concretamente na América dos séculos XVI e XVII, é também investigador minucioso de arquivos regionais. Descrever o seu perfil profissional, tal como elencar as suas obras, é certamente desnecessário para recalcar a importância do seu trabalho, contudo (e mesmo assim) vale a pena notar quatro características – decisivas, a meu ver, para determinadas escolhas nesta sua redação – sobre a sua trajetória académica. Ser natural de Carmona, ter o doutoramento em História da América da Universidade de Sevilla, ser membro da Academia Dominicana de la Historia e ser hoje (principalmente) professor de ensino secundário (*bachillerato* em Espanha). Já descortinarei os motivos por detrás deste enaltecimento concreto, mas façamos antes uma leitura sumária dos conteúdos deste novo livro.

Os primeiros três capítulos procuram *lato sensu* abordar o contexto histórico do caso de estudo que se procura escrutinar. Se atendermos à natureza documental do material de trabalho dos historiadores destes temas, o direito (e particularmente a legislação) é a coluna vertebral para se apreender o porquê de “Indígenas y mestizos en el Viejo Mundo”. Portanto, são trabalhadas nesta parte inicial, por ordem, as quezílias legais sobre o comércio humano transatlântico – particularmente as reticências na abolição da escravatura indígena ainda na primeira metade do século XVI –, o contraste ideológico referente à dita escravatura posterior ao momento formativo da Monarquia Hispânica pluricontinental – materializada no debate Las Casas/Sepúlveda – e o suplício (nas suas variadas manifestações, incluindo económicas) que representavam as viagens oceânicas nesta época precoce.

Poderíamos chamar aos capítulos quatro e cinco a – realmente – primeira parte do conteúdo do livro, no sentido que é só a partir desse ponto que o autor começa, efetivamente, a cingir-se ao tema que pretendia estudar, adensando o texto com informação mais recente. Embora sejam estas secções iniciais as que se debruçam sobre a escravatura é perceptível para qualquer leitor que são estes indígenas, praticamente sempre sem dados biográficos, com meras referências lacónicas aos seus nomes (Mira Caballos refere inclusive

“historicamente silenciados” (p. 72)), os que constituem o grande volume de americanos no Velho Mundo. E, como tal, essa modalidade de indígenas permeará daí em diante todas as páginas do livro. Saltam à vista as estratégias dos comerciantes de escravos no limite da legalidade (ou, muitas vezes, fora dele) que, consequentemente, ocultavam perentoriamente os lugares de proveniência desses indígenas (e.g. p. 75). O autor igualmente chama a atenção a determinados aspetos económicos exclusivos dos escravos indígenas da América ou, pelo menos, diferentes comparativamente aos de África. A título de exemplo, de que os primeiros, embora muito mais baratos que os segundos, permitiam uma taxa de lucro bastante superior dada a diferença de preço entre a aquisição em terras americanas e a venda na Europa (e.g. p. 101-102).

O contributo mais valioso do livro encontra-se entre o capítulo sexto e o nono. Aqui abundam os exemplos e as histórias particulares. Sem se perder a noção de que eram os escravos a modalidade predominante, também se toma consciência da multiplicidade de formas com que um indígena americano dos séculos XVI-XVIII poderia chegar à Europa. Retomam-se proficuamente temas que nos últimos anos têm caracterizado os estudos americanistas: as consequências da mestiçagem, o indígena no imaginário europeu, os tentáculos oficiais do poder colonial estruturante vs. a realidade pluriétnica e multifacetada de um tecido social permeável a fissuras legais, os efeitos subjacentes à conquista acordada entre indígenas e europeus, o protagonismo de famílias indígenas influentes num mundo já integrado entre dois continentes.

Para coroar esta exuberância de casos, Mira Caballos oferece curtas sínteses biográficas daquelas personalidades historiograficamente mais proeminentes de indígenas ou mestiços na Europa. Anteriormente já tinha perscrutado a vida de Don Pedro Moctezuma e seu filho (p. 161-163), porém neste nono capítulo fala-se de Diego Colón (da ilha de Guanahani, integrante do primeiro grupo de indígenas americanos a pisar solo europeu, fundamental para Cristóvão Colombo a partir da sua segunda grande viagem), Francisco Tenamaztle (um dos líderes mais destacados das rebeliões “del Mixtón” que porventura terá tido contacto próximo com Las Casas), Martín Cortés (o célebre filho de Hernán Cortés e de Malinche), Francisca Pizarro Yupanqui (também insigne filha de Francisco Pizarro e daquela inca batizada como Inés Haylas Yupanqui – à vez filha de Huayna Capac) e *El Inca* Garcilaso (nome afamado da literatura mundial pelos seus “Comentarios reales de los incas”, obra com uma relação específica com Lisboa: relação essa que, entre outras glórias, também lhe valeu posteriormente um busto no atual Campo Mártires da Pátria na capital lusitana). É através desta última secção que, de facto, o leitor menos entranhado nos estudos de história colonial da Idade Moderna, mais se pode surpreender pela

amplitude planetária de circulação de seres humanos de culturas tão díspares. Basta pensar no verosímil encontro entre Martín Cortés e *El Inca* no contexto bélico das Alpujarras granadinas.

O capítulo décimo centra-se na herança cultural bidirecional ocorrida entre a América e a Europa, sendo que presta uma particular atenção a um tema relativamente familiar ao autor, tema esse que não costuma ser dos mais discutidos em relação com a troca transatlântica de produtos: as plantas medicinais (p. 226-227). Recuperando trabalho de Santiago Sebastián (p. 231), Mira Caballos procura igualmente nesta secção completar e confirmar que a imagem do indígena americano obtida iconograficamente no Velho Mundo obedecia a cânones que em nada se compatibilizavam com a presença significativa de indígenas nas cidades europeias.

Depois das conclusões, a obra encerra-se com uma adenda historiográfica onde o autor esclarece sobre o gérmen do seu texto tal como o meio académico que o circunda. Ainda faz constar um glossário muito sucinto, oitenta e cinco páginas de apêndices (dedicadas a tabelas e a transcrições de documentos cuja grande maioria se encontra no *Archivo General de Indias* de Sevilha: vale a pena enaltecer as informações extremamente ricas, do ponto de vista de tratamento social de indígenas nos primeiros anos em vários pontos da América espanhola, concedidas por Gregorio López em 1543 (Apêndice XX: p. 354-372)) e um índice onomástico que, numa obra tão recheada de casos particulares (e, portanto, obra que também pode ser útil para muitos através de consultas pontuais), é fundamental.

A leitura, globalmente, é muito acessível e o conteúdo é rico, pertinente e necessário. Oferece miríade de exemplos (alguns praticamente desconhecidos), utilíssimos e eficazes, para compor uma tese facilmente apreensível por qualquer público interessado em temas históricos e, ao mesmo tempo, ajudar no desenvolvimento do trabalho de especialistas. O debate que já tem suscitado nalgumas instituições e em *fora* alternativos (nomeadamente canais de *streaming* na Internet) é, de facto, expressivo daquela apreensão. E o livro é necessário, por um lado, porque chega – devido às características da editora – a um número muito importante de leitores que ainda conserva determinadas visões extremamente parciais da colonização europeia (fomentada por discursos populistas ou nacionalistas da “Leyenda Negra” ou, inversamente, da “Leyenda Rosa”) e, por outro, porque abre definitivamente à academia, pelo menos *castellanohablante*, um novo universo hermenêutico, de estudos de transversalidades, circulações e mentalidades. Com isto não quero sugerir que a obra seja pioneira no tema – porque não o é, como o próprio autor atesta. Desde os anos 90 que indígenas em solo europeu foram claramente identificados

e estudados por outros autores¹, sendo que também houve uma reanimação mais recente nesse sentido². Contudo, creio que não é excessivo afirmar que a envergadura desta obra permite colocar definitivamente um ponto final na novidade e surpresa deste nicho dos estudos coloniais na academia. Assim, e através da ampliação e solidificação da sua própria obra de 2000, Esteban Mira Caballos passou a sedimentar as bases para novas investigações que já contemplarão aquela realidade de indígenas em solo europeu, não como algo episódico ou marginal, mas como um processo histórico relevante que se terá sempre em conta.

No entanto, e apesar de secundárias se pensarmos no alcance pretendido, nem todas as características deste livro são exclusivamente positivas. Detenho-me aqui apenas nalgumas particularidades que – embora em nada desvalorizem o esforço hercúleo do autor em trabalho de arquivo, síntese e organização de dados – podem não contribuir para uma análise suficientemente crítica dos processos históricos por parte do leitor.

Comecemos por aspetos formais. Algo que já se suspeitaria com o título do livro (aliás, bastante sinedóquico), mas que se vai confirmando ao longo das páginas é que este tema é demasiado vasto para se poder condensar num só volume. Para se poder dar um contexto histórico apropriado aos diversos atores em jogo, de uma amplitude geográfica ciclópica e de uma cronologia nada modesta, Mira Caballos precisou fazer seleções, tentando separar subtemas em capítulos. Simultaneamente, contudo, é perceptível como essas separações são nitidamente forçadas e a maioria dos temas acaba por ser transversal às divisões. Se, por um lado, é algo natural, por outro também se tornou uma fragilidade e é patente como se recorreu à *παρέκβασις* frequentemente. Este estilo de escrita não complica a leitura, mas sim a consulta. Aquilo que se ganhou em leveza e fluidez, perdeu-se em capacidade de sistematização e acaba por funcionar menos como ferramenta de trabalho para investigadores daquilo que teria potencial

¹ Explicitamente Carlos Álvarez Nogal, “El Conde de Moctezuma en el reino de Granada” in *El Reino de Granada y el Nuevo Mundo V Congreso Internacional de Historia de América. Mayo de 1992*, t. II, Granada, 1994, p. 105-116; José Luis de Rojas, “De México a Granada: descendientes de Moctezuma en España” in *El Reino de Granada y el Nuevo Mundo V Congreso Internacional de Historia de América. Mayo de 1992*, t. II, Granada, 1994, p. 117-134; e José Luis de Rojas, “Boletos sencillos y pasajes redondos. Indígenas y mestizos que visitaron España”, *Revista de Indias*, LXIX, 246 (2009), p. 185-206.

² Principalmente com Ana Díaz Serrano “La República de Tlaxcala ante el rey de España durante el siglo XVI”, *Historia mexicana*, 61, 3 (2012), p. 1049-1107; Éric Teladoire, *D’Amérique en Europe. Quand des Indiens découvraient l’Ancien Monde (1493-1892)*, Paris, CNRS Édition, 2014; e Caroline Dodds, *On savages Shores. How Indigenous Americans Discovered Europe*, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2022.

para ser. Julgo também que poderia ter havido mais apurmo com a redação, pois parece existir em determinadas secções uma certa pressa na revisão do texto, acompanhada de um número de gralhas mais comum que o habitual (*e.g.* a nota 134 (p. 433) é uma repetição do texto da página 164; na página 178 (notas 240 e 241) citam-se obras diferentes para uma repetição de ideias e palavras, etc.).

Em segundo lugar, Mira Caballos ainda insiste em certas apreciações referentes ao mundo indígena baseadas em historiografia já datada. Há muito pouco tempo Natalia Moragas Segura³ manifestou-se laconicamente sobre este ponto, precisamente. Porque, principalmente para etnohistoriadores, antropólogos ou arqueólogos americanistas, é evidente que os “estados” culturais de Elman Service nas últimas décadas têm-se tornado categorias teóricas sem sustentação. Derivadas de uma visão evolucionista de Lewis Morgan, essas divisões hoje não encontram aprovação entre os especialistas, justamente porque os novos dados e estudos revelam como as sociedades são poliédricas, heterogéneas, mutáveis e altamente permeáveis, caracterizações que não se coadunam com a visão esquemática (*e.* aliás, *etic*) de Service. Mira Caballos, para além de deslizar várias vezes para digressões reducionistas da realidade americana pré-europeia (*e.g.* p. 147, 240), utiliza facilmente os qualificativos de culturas “primitivas” ou “avançadas” à Service (*e.g.* p. 68-69, 241). Para aqueles que estão a par da historiografia mesoamericana também choca o facto de que o autor tenha recuperado uma obra com mais de oito décadas para fornecer descrições da sociedade mexicana (o – já há décadas obsoleto na grande maioria dos temas – popular clássico de Vaillant, p. 115, nota 35).

Em terceiro lugar – e não tanto considerando um aspeto menos positivo mas sim como algo de que senti falta na obra e que muito a enriqueceria –, seria útil um aparato crítico mais consistente a propósito principalmente da terminologia utilizada, mas também da historiografia da mesma. Por vezes a generalização de um tema que pode ser sensível – como aquele trabalhado no livro – pode induzir a leituras contraditórias. Falamos essencialmente de “índios” e “indígenas” (*e.* por derivação “negros”, “mulatos” ou “zambos”), mas também termos já banalizados, como “elites” que, quando analisados nestes contextos coloniais, pouco têm de transparente. Para além dos dois pontos comentados *supra* que provavelmente estiveram imiscuídos nas razões desta simplificação terminológica, arrisco que possa ter havido um outro fenómeno duplo: uma transposição parcialmente literal do discurso das fontes antigas

³ Natalia Moragas Segura, recensão a “El descubrimiento de Europa. Indígenas y mestizos en el Viejo Mundo” [de Esteban Mira Caballos, Crítica, Barcelona, 2023, 478 págs], *Boletín Americanista*, LXXIII, 2, 87 (2023), p. 242-244.

para o texto final e, ao mesmo tempo, uma tentativa de evitar sobrecarregar o leitor com conteúdos excessivamente especializados. Aqui entra em cena uma das características do autor que destacava no início: ser professor de ensino secundário. Toda a redação apresenta um discurso claro e didático. Agiliza a leitura e camufla o tema complexo que é. Aparenta ser em muitas passagens uma oralidade transcrita, o que em muitos aspetos é ótimo. Infelizmente para mim, nessa oralidade perdem-se certos matizes e roçam-se as ambiguidades como, a título de exemplo, “La inmensa mayoría de los indígenas que habían llegado como esclavos permanecieron voluntariamente en la Península. (...) incluso algunos habían nacido ya aquí.” (p. 221). Falta perguntar: esses últimos ainda eram então “indígenas”? Deter-se um pouco mais nas questões geográficas face às sociais teria sido relevante, pois são estas discussões que permitem ter uma imagem mais clara do “mestiço” e de como essa entidade se vai diluindo tão facilmente em poucas gerações.

Finalmente, e não desvinculado dos pontos anteriores, senti uma outra carência que, no entanto, certamente ultrapassaria as capacidades – pelo menos, neste momento – de um qualquer investigador de arquivos. Honra seja feita a Mira Caballos pelo audaz e corpulento trabalho! Porém, algo que não se pode passar meramente por alto, é que a abundância de documentos de Sevilha e, em menor grau, terras andaluzas ou estremenas como Carmona ou Zafra, está desequilibrada em relação à documentação de outros lugares e, portanto, determina o rumo das conclusões. Para além disso, a um nível ainda mais difícil de evitar por parte do autor, em terras americanas surgiram essencialmente três focos que ofuscaram todo o restante território americano: os centros políticos da Nova Espanha e do Perú, tal como Santo Domingo nas Antilhas. Voltamos, de novo, ao princípio: aquelas três características restantes da trajetória académica do autor vinculam-se naturalmente com estes caminhos historiográficos. Seria mais que injusto denegrir a imagem da obra por estes fatores e esse também não é claramente o meu objetivo. O que é relevante é utilizar estas faltas como incitação para que novas investigações contemplem outras realidades documentais. É, de facto, também por isso que escrevo estas linhas em português e para um público lusófono. Ao longo da obra surgem várias vezes alusões a Portugal, principalmente em relação ao porto de Lisboa. Apesar das proibições castelhanas de escravatura indígena, surgiu, efetivamente, um fecundo comércio paralelo com o porto luso (p. 34 e seguintes) e acabamos por conhecer casos de indígenas forçados a declarar a sua falsa origem portuguesa (p. 82). Da mesma forma, exemplos de manifestações de poder com indígenas vindos dos domínios de D. João III – como o dos duques de Medina-Sidonia (p. 139) – deveriam encorajar novos trabalhos que estimem a voz de documentos de

arquivos de terras portuguesas. São portas abertas para um universo de acervos praticamente inexplorados neste âmbito.

Em suma, “El Descubrimiento de Europa” é uma obra importante que trilha um novo caminho na historiografia dos estudos coloniais da Idade Moderna e que, sobretudo, exorta por mais. Esperemos que o Doutor Esteban Mira Caballos não termine por aqui a sua incessante busca de indígenas americanos em território peninsular e que doravante, num diálogo comparado, seja possível integrar cada vez mais análises de investigadores tendencialmente mais afastados destes temas dos estudos americanistas: como aqueles que se debruçam sobre repositórios lusos – claro está – mas igualmente outros.

MAURO ALVES

Universidad Complutense de Madrid

maurojof@ucm.es

<https://orcid.org/0009-0007-1731-550X>

